



CONGRESSO NACIONAL

CPMI-PETRO

COMISSÃO

(Requerimento)

**Requerimento
Nº 508/14**

DE INQUÉRITO

(Congresso Nacional)

REQUERIMENTO Nº 508, DE 2014 – CPMI

Requer cópia do relatório e decisões dos órgãos de investigação da Holanda sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que a autoridade competente no Brasil requeira da autoridade competente na Holanda, cópia de relatórios e decisões dos órgãos de investigação da Holanda sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 002, de 2014 – CN, para investigar “irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal


Técnico Legislativo
Matr. 232.868





28 5 14

pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

O Requerimento nº 002, de 2014, aduz, como um dos fatos determinados, denúncia de que a empresa SBM Offshore, que aluga plataformas flutuantes a companhias petrolíferas, entre as quais a Petrobras, está sob investigação de autoridades da Holanda, Inglaterra e do Departamento de Justiça dos Estados Unidos desde 2012, por supostos pagamentos de suborno a empresas, inclusive estatais, e autoridades na Guiné Equatorial, Angola, Malásia, Cazaquistão, Itália, Iraque e Brasil. Sediada na Holanda, a SBM tem operações em Mônaco e Estados Unidos e é proprietária de uma das maiores frotas de plataformas flutuantes de produção, armazenamento e transferência (FPSO) do mundo. A denúncia foi publicada pelo jornal Valor Econômico, de 13/02/2014.

Ainda segundo o jornal, a SBM Offshore teria confirmado na Holanda “que pagou US\$ 139,1 milhões em comissões no Brasil entre 2007 e 2011 para os agentes de seus negócios no país, mas alegou não ter "evidências críveis" de que se tratem de propina a funcionários da Petrobras. O representante da empresa no Brasil era o empresário Julio Faerman, do Grupo Faerman.”

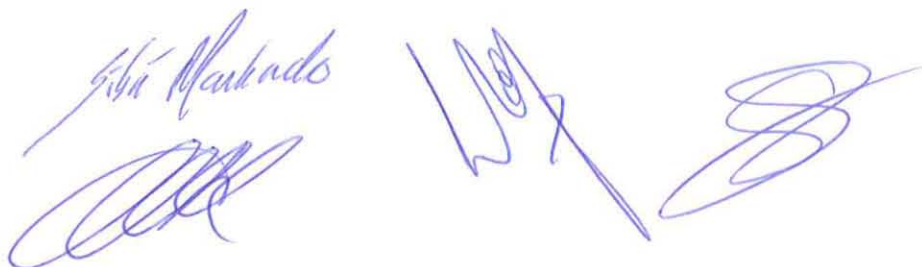
De acordo com a denúncia, a empresa pagaria 3% do contrato fechado com a Petrobras a título de comissão para seu representante no Brasil, Julio Faerman, e este repassava 2% para funcionários da Petrobras. A denúncia não cita os funcionários envolvidos, nem a forma como os pagamentos teriam sido feitos.

Por essa razão, esta CPMI deve requer da autoridade competente na Holanda cópia de relatórios e decisões dos órgãos de investigação da Holanda sobre o pagamento de propina da SBM Offshore a funcionários da Petrobras.

Por entender que esse requerimento contribuirá para a eficiência dos trabalhos da Comissão, pedimos o apoio dos nobres pares.

Sala das Comissões, em

de 2014.

Three handwritten signatures in blue ink are visible at the bottom of the page. The first signature on the left is cursive and appears to read 'Julio Faerman'. The middle and right signatures are also cursive but less legible.